

Despacho (extracto) n.º 1207/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Transportes Terrestres de 28 de Dezembro de 2004:

Joaquim Alberto Gomes Teixeira e Sónia Marisa Brás Moreira da Silva, assistentes administrativos da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação — nomeados, definitivamente, precedendo concurso, assistentes administrativos da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, sendo exonerados do lugar de origem, com efeitos a partir da data de aceitação da nomeação.

Hugo Alexandre Lopes Laibaças, assistente de administração escolar do Agrupamento de Escolas de Arraiolos, em contrato administrativo de provimento, Maria de Fátima Godinho Bicho, assistente de administração escolar, e Custódio Jacinto Vieira Rodrigues, auxiliar de acção educativa, ambos do Agrupamento n.º 4 da Escola Básica 2, 3 Conde de Vilalva, em contrato administrativo de provimento — nomeados, em regime provisório, precedendo concurso, assistentes administrativos da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, durante o período probatório de um ano, findo o qual serão nomeados definitivamente, sem quaisquer formalidades.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Despacho n.º 1208/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de Transportes Terrestres e do presidente do Instituto das Estradas de Portugal de 5 de Novembro e de 28 de Dezembro de 2004, respectivamente:

Licenciado Jorge Luís Pereira Soares Gomes, consultor jurídico assessor principal do quadro de pessoal da ex-Junta Autónoma de Estradas — transferido, com a categoria de assessor principal da carreira técnica superior, para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, sendo exonerado do lugar de origem, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Janeiro de 2005. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Despacho (extracto) n.º 1209/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Transportes Terrestres de 4 de Janeiro de 2005:

Carlos Norberto Chagas Romão Silveira, Ana Cristina Ferreira Lopes, Alexandra Cristina Ferreira Branco, Sónia Maria de Jesus Duarte Nunes Mateus, Maria da Conceição Martins, Rosa Maria Charrua Chemela de Oliveira, Carla Maria Rocha Pereira Pinto, Maria de Lurdes Costa Marinho, Maria Emília Moreira da Silva Carvalho e Maria Teresa de Almeida Dias, assistentes administrativos principais, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres — nomeados definitivamente, precedendo concurso, assistentes administrativos especialistas, da carreira de assistente administrativo, do mesmo quadro, sendo exonerados da anterior categoria com efeitos a partir da data da aceitação dos novos lugares. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Janeiro de 2005. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Instituto das Estradas de Portugal

Despacho n.º 1210/2005 (2.ª série). — Nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 35.º e do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, dos Estatutos do Instituto das Estradas de Portugal (IEP), aprovados e em anexo ao Decreto-Lei n.º 227/2002, de 30 de Outubro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2003, de 6 de Novembro, publicada em 28 de Novembro, na sequência da deliberação n.º 1479/2004, do conselho de administração do IEP, tomada em reunião realizada em 30 de Novembro, publicada no *Diário da República*, de 21 de Dezembro de 2004, no âmbito da área de responsabilidade relativa às expropriações e aos respectivos processos e projectos das direcções de empreendimentos, subdelego:

1 — Nos colaboradores da Direcção de Empreendimentos 1, engenheiro António Fernando Pereira Costa Coutinho, engenheira Graça Maria Branco Moreira Maia, engenheiros Hélder Manuel Pinto Moura e José Afonso Gonçalves Lima Abreu, engenheira Nélia Marisa Oli-

veira Peixoto Freitas e José Manuel de Carvalho Almeida, na gestão e no âmbito dos respectivos processos de expropriação, as competências para a prática dos seguintes actos:

- a) Outorgar em escrituras públicas, autos ou escrituras de expropriação amigável e aprovar os autos de expropriação e respectivos contratos-promessa com transferência de posse das parcelas.

2 — Nos colaboradores da Direcção de Empreendimentos 3, engenheiros Pedro Paulo Seródio Inácio, Artur Manuel Sérvulo Mendes, Carlos Alberto Almeida e Sousa, José Manuel da Silva Runa e Luís Filipe da Cunha Romão, na gestão e no âmbito dos respectivos processos de expropriação, as competências para a prática dos seguintes actos:

- a) Outorgar em escrituras públicas, autos ou escrituras de expropriação amigável e aprovar os autos de expropriação e respectivos contratos-promessa com transferência de posse das parcelas.

3 — Nos colaboradores da Direcção de Empreendimentos 4, engenheiros Alfredo António Gomes Mendes, Fernando Augusto Guerreiro da Palma Batista, Fernando Manuel de Jesus Abreu Ribeiro e Isabel Maria Palhinhas Antão, na gestão e no âmbito dos respectivos processos de expropriação, as competências para a prática dos seguintes actos:

- a) Outorgar em escrituras públicas, autos ou escrituras de expropriação amigável e aprovar os autos de expropriação e respectivos contratos-promessa com transferência de posse das parcelas.

4 — Nos colaboradores da Direcção de Empreendimentos 5, engenheiro Vítor José Mateus Soares, engenheiro Pedro Miguel Correia Pires Carmona, Abdurramane Cassimo Abdurramane, João Paulo Hermenegildo e Tobias José de Queirós, na gestão e no âmbito dos respectivos processos de expropriação, as competências para a prática dos seguintes actos:

- a) Outorgar em escrituras públicas, autos ou escrituras de expropriação amigável e aprovar os autos de expropriação e respectivos contratos-promessa com transferência de posse das parcelas.

5 — No engenheiro Domingos Alves Martins da Direcção de Empreendimentos 6, na gestão e no âmbito dos respectivos processos de expropriação, as competências para a prática dos seguintes actos:

- a) Assinar o expediente e a correspondência relativos a assuntos correntes e da gestão administrativa dos processos de expropriações;
- b) Requerer a afixação de editais junto das câmaras municipais e obter as respectivas certidões de afixação;
- c) Requerer aos presidentes dos tribunais da Relação, no âmbito dos processos de expropriação, a nomeação de peritos e árbitros para a realização de vistorias *ad perpetuam rei memoriam* e arbitragens, bem como indicar o representante do IEP nas aludidas vistorias e arbitragens;
- d) Requerer, no âmbito dos processos de expropriação, junto das conservatórias do registo predial e das repartições de finanças quaisquer certidões, averbamentos e cancelamentos de registos e praticar todos os actos necessários à concretização dos referidos processos.

6 — Na colaboradora Ana Maria Ferrador Gomes Martins da Direcção de Empreendimentos 6, na gestão e no âmbito dos respectivos processos de expropriação, as competências para a prática dos seguintes actos:

- a) Outorgar em escrituras públicas, autos ou escrituras de expropriação amigável e aprovar os autos de expropriação e respectivos contratos-promessa com transferência de posse das parcelas.

7 — No colaborador da Direcção de Empreendimentos 7 António Manuel Fernandes Lebre, na gestão e no âmbito dos respectivos processos de expropriação, as competências para a prática dos seguintes actos:

- a) Outorgar em escrituras públicas, autos ou escrituras de expropriação amigável e aprovar os autos de expropriação e respectivos contratos-promessa com transferência de posse das parcelas.

8 — Nos colaboradores da Coordenação de Expropriações de Santarém, engenheiros Pedro Fernando da Costa Figueiredo, Amadeu Manuel Pereira da Silva, Ernesto Carlos Alendouro, Dr.ª Patrícia

Alexandra Campos Ferreira, Dr.ª Rita Isabel Vasco Caceiro, engenheira Cláudia Matias Caldeira Delgado e Salete dos Anjos Costa, na gestão e no âmbito dos respectivos processos de expropriação, as competências para a prática dos seguintes actos:

- a) Outorgar em escrituras públicas, autos ou escrituras de expropriação amigável e aprovar os autos de expropriação e respectivos contratos-promessa com transferência de posse das parcelas.

9 — Nos colaboradores da Gestão de Projecto do Porto engenheiro Pedro Manuel Columbano Pereira da Silva, Dr. Paulo Jorge Duarte Moreira da Cruz, engenheira Maria José Pinto Moura, engenheiros Jorge Eduardo Carvalho de Almeida, António Alberto Sousa Martins, Manuel Boaventura Castro de Sousa, Miguel Jorge Fernandes de Araújo Vieira, Carla Filipa Barroso Magalhães de Paula Pinto, Ana Cristina Amador Vaz Ribeiro, Rui Miguel Silva Gonçalves, engenheiro técnico Manuel Paulo Vieira Loreto, Joaquim Jorge Fernandes Rodrigo e Pedro Manuel Castanheira Pereira, na gestão e no âmbito dos respectivos processos de expropriação, as competências para a prática dos seguintes actos:

- a) Outorgar em escrituras públicas, autos ou escrituras de expropriação amigável e aprovar os autos de expropriação e respectivos contratos-promessa com transferência de posse das parcelas.

10 — O presente despacho produz os seus efeitos desde o dia 21 de Julho de 2004, sendo ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito das competências ora subdelegadas.

21 de Dezembro de 2004. — O Vice-Presidente do Conselho de Administração, *António Manuel Serrano Pinelo*.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Deliberação (extracto) n.º 61/2005. — Por deliberação da direcção do LNEC de 9 de Dezembro de 2004:

Filipe Miguel Alexandre Botas e Albano José Teixeira Alves da Cruz, técnicos de informática do grau 1, nível 1, e do grau 2, nível 1, respectivamente, do quadro de pessoal deste Laboratório — transitam para o nível 2 da mesma categoria e grau, a que corresponde o escalão 1, índice 370, e escalão 1, índice 520, na sequência de procedimento interno de selecção, nos termos do n.º 5 do Decreto-Lei n.º 97/2001, e conforme os critérios definidos do despacho interno de 18 de Março de 2002, com efeitos a partir da data da presente deliberação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2004. — Pela Directora de Serviços de Recursos Humanos, o Chefe de Divisão de Gestão de Pessoal, *Daniel Martins*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 1211/2005 (2.ª série). — O Coro de Câmara da Universidade de Lisboa e o Coro da Universidade de Lisboa pretendem deslocar-se ao Porto entre os dias 24 e 26 de Novembro de 2004 para preparar o concerto requiem pelas vítimas do fascismo em Portugal.

Atendendo ao inegável interesse artístico e cultural da deslocação, entende o Governo adoptar as providências adequadas a permitir a participação dos elementos dos referidos grupos que sejam funcionários e agentes do Estado.

Assim, determino que os responsáveis pelos departamentos governamentais de que dependem os funcionários ou agentes que integram aqueles Coros considerem os mesmos em exercício efectivo de funções durante o período da deslocação.

23 de Novembro de 2004. — A Ministra da Cultura, *Maria João Espírito Santo Bustorff Silva*.

Gabinete da Secretária de Estado das Artes e Espectáculos

Contrato n.º 65/2005. — 2.ª adenda ao contrato-programa celebrado entre o Ministério da Cultura e a Câmara Municipal de Beja. — Considerando que, face a imprevistos do projecto, não foi possível

a conclusão da obra no prazo previsto, foi o mesmo prorrogado até 31 de Dezembro de 2004, conforme despacho da Ministra da Cultura de 26 de Novembro de 2004.

30 de Novembro de 2004. — A Secretária de Estado das Artes e Espectáculos, *Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro*. — O Presidente da Câmara Municipal de Beja, *José Manuel da Costa Carreira Marques*.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Despacho (extracto) n.º 1212/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Dezembro de 2004, por delegação:

Paulo Jorge Teixeira Mesquita Guimarães, técnico superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior de arquivo do quadro de pessoal do Arquivo Distrital de Vila Real — nomeado definitivamente, precedendo concurso, técnico superior principal da mesma carreira e quadro.

João Carlos de Almeida Vaz Osório, técnico profissional especialista da carreira de biblioteca e documentação do quadro de pessoal do Arquivo Distrital de Vila Real — nomeado definitivamente, técnico profissional especialista principal da mesma carreira e quadro.

Ana Teresa Teixeira Pinto dos Santos, assistente administrativa principal da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal do Arquivo Distrital de Vila Real — nomeada definitivamente, precedendo concurso, assistente administrativa especialista da mesma carreira e quadro.

23 de Dezembro de 2004. — O Subdirector, *José Maria Salgado*.

Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

Despacho n.º 1213/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Dezembro de 2004:

Fátima Pereira de Matos Sequeira, assistente administrativa especialista, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas — reclassificada na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior do mesmo quadro, com efeitos a partir de 20 de Dezembro, dia seguinte à data em que completou o período probatório de um ano em regime de comissão de serviço extraordinária, ficando posicionada no escalão 1, índice 400, sendo exonerada do lugar que vinha ocupando com efeitos à mesma data.

3 de Janeiro de 2005. — O Director, *Rui Alberto Mateus Pereira*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Contrato n.º 66/2005. — *Contrato-programa de requalificação urbana e valorização ambiental da zona classificada de Angra do Heroísmo como património mundial — contrato n.º 2/2001 — processo n.º RAA-004/M1/01 — medida n.º 1 do Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro — 2.ª adenda.* — Em 3 de Dezembro de 2004, entre o Estado, representado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e pela Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores, e o município de Angra do Heroísmo, é outorgada, de acordo com o regime previsto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 4 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 157/90 e 319/2001, de, respectivamente, 17 de Maio e 10 de Dezembro, e no Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro, a presente adenda ao contrato-programa de cooperação técnica e financeira celebrado entre as partes em 14 de Setembro de 2001, integrado no contexto do Programa Polis, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, e alterado mediante adenda outorgada em 10 de Fevereiro de 2003.

A presente adenda fundamenta-se na necessidade de proceder à actualização dos valores do investimento, permitindo executar na íntegra as acções comparticipadas pelo Estado ao abrigo do Programa Polis e, bem assim, proceder à conclusão do financiamento acordado no ano económico em curso, conforme consta da informação n.º 109/2004, de 29 de Outubro, do Gabinete Coordenador do Pro-